

TRABALHO, AÇÃO E LIBERDADE EM HANNAH ARENDT: REPERCUSSÕES PARA A PSICOLOGIA FENOMENOLÓGICO- EXISTENCIAL

Labor, action and freedom in Hannah Arendt: repercussions for phenomenological- existential psychology

Trabajo, acción y libertad en Hannah Arendt: repercusiones en la psicología fenomenológica-existencial

GIOVANA FAGUNDES LUCZINSKI

Resumo: Diante da complexidade da sociedade contemporânea, a obra de Hannah Arendt fornece à psicologia fenomenológico-existencial ferramentas intelectuais para compreender as lógicas que permeiam o mundo do trabalho e suas repercussões nas subjetividades. Este artigo objetiva dialogar com a conhecida diferenciação entre trabalho, obra e ação através da qual a filósofa analisa o fazer humano na vida ativa. Busca-se enfatizar a argumentação da pensadora, segundo a qual a redução da atividade da ação na era moderna implica em prejuízos em diferentes âmbitos, acarretando a diminuição da liberdade e da expressão da singularidade. Para isso, evidencia-se a compreensão arendtiana de liberdade e singularidade, enfatizando, nesse percurso, que a transformação de si e do mundo acontece coletivamente, entre co-agentes e expectadores, através de atos e discursos, complementando o fazer e dando-lhe sentido. Em via oposta, um mundo centrado no utilitarismo ou na satisfação de necessidades emergentes empobrece pessoas e sociedades em suas experiências. Nesse sentido, considera-se que a psicologia de cunho fenomenológico pode se beneficiar dessa discussão, ampliando a compreensão de diferentes fenômenos que permeiam sua prática. Deriva daí que intervenções psicológicas possam conferir especial atenção à dimensão da ação na sociedade e à forma como seu exercício possibilita transformações pessoais e sociais.

Palavras-chave: Psicologia; Fenomenologia; Trabalho; Ação; Liberdade.

Abstract: Given the complexity of the contemporary society, Hannah Arendt's work provides intellectual tools to phenomenological psychology in order to understand the work's logic and their repercussions on subjectivities. This article aims to dialogue with the well-known differentiation between labor, work and action through which the philosopher analyzes the human activities in active life. It focus on her argumentation, according to which the reduction of the activity of action in the modern era implies losses in different areas, leading to the reduction of both freedom and singular expressions. For this, Arendt's understanding of freedom and singularity is presented, emphasizing, in this process, that the transformation of oneself and the world happens collectively, between co-agents and spectators, through acts and speeches, complementing the acts and giving its meaning. On the contrary, a world centered on utilitarianism or the satisfaction of emerging needs impoverishes people and societies in their experiences. In this sense, it is considered that psychology in a phenomenological perspective can benefit from this discussion, expanding the understanding of different phenomena that permeate its practice. As a result, psychological interventions can give special attention to the dimension of action in society and the way its exercise enables personal and social transformations.

Keywords: Psychology; Phenomenology; Work; Action; Freedom.

Resumen: Frente a la complejidad de la sociedad contemporánea, la obra de Hannah Arendt proporciona a la psicología fenomenológico-existencial herramientas intelectuales para comprender las lógicas del mundo del trabajo y sus repercusiones subjetivas. Este artículo dialoga con la conocida diferenciación entre trabajo, obra y acción a través de la cual la filósofa analiza la vida activa. Busca enfocarse en el argumento arendtiano según el cual la reducción de la actividad de acción en la modernidad implica pérdidas en diferentes esferas, lo que lleva a la reducción de la libertad y la expresión singular. Para ello, se evidencia la comprensión arendtiana de la libertad y la singularidad, enfatizando que la transformación de persona y mundo ocurre colectivamente, entre co-agentes y espectadores, a través de actos y discursos, complementando el hacer y dándole sentido. Por el contrario, un mundo centrado en el utilitarismo o la satisfacción de necesidades empobrece a las personas y las sociedades. Se considera que la psicología fenomenológica puede beneficiarse de esta discusión, ampliando la comprensión de los diferentes fenómenos que impregnan su práctica. En consecuencia, las intervenciones psicológicas pueden prestar especial atención a la dimensión de la acción y la forma en que su ejercicio posibilita transformaciones personales y sociales.

Palabras-clave: Psicología; Fenomenología; Trabajo; Acción; Libertad.

Introdução

As características da sociedade contemporânea, em sua pluralidade, relativismo e aceleração, impõem inúmeros desafios à prática da psicologia nas suas diferentes áreas de atuação. Afinal, como ressalta a perspectiva fenomenológica, subjetividade e cultura se entrelaçam e se modificam mutuamente, tornando inviável conceber um psiquismo que independa das transformações culturais de um dado contexto. No entanto, a história da Psicologia como disciplina foi marcada por discussões sobre as influências ambientais *versus* aptidões e predisposições internas, propagando a oposição entre indivíduo e sociedade, reforçando as dicotomias características das posturas metafísica e positivista no pensamento ocidental moderno (Figueiredo, 1991).

Refletir sobre essas questões no âmbito da psicologia requer a ultrapassagem de suas fronteiras tradicionais, recorrendo a pensadores que ampliem a compreensão de Ser e Mundo para além de teorias e conceitos centrados no sujeito e em seu psiquismo. A obra de Hannah Arendt auxilia nessa empreitada, pois se conecta ao pensamento fenomenológico, trazendo uma compreensão de realidade e de ser humano como fenômenos multifacetados, sempre situados. Devido à riqueza e originalidade de suas contribuições, essa pensadora não se encaixa em rótulos, escapando a definições estanques como fenomenóloga, existencialista ou cientista política. Tampouco se considerava uma “pensadora profissional”, no sentido normalmente atribuído aos filósofos tradicionais (Arendt, 2002). No entanto, sua profunda conexão com as transformações do mundo, seu estranhamento e seu mergulho na tradição desdobram-se em análises amplas da existência. Com uma postura original, tornou-se uma autora verdadeiramente contemporânea, cujo pensamento permanece provocador.

Para Agamben (2009), ser “contemporâneo” consiste em assumir uma maneira específica de acontecer na temporalidade, estando profundamente imerso, mas ao mesmo tempo distante, pouco à vontade diante das interpretações correntes e naturalizadas do real. O pensamento será, nessa empreitada, a ferramenta e o caminho para formular questões singulares, nascidas de uma inquietação, buscando pensar o que permanece à sombra do conhecimento. Essas características se aplicam à Hannah Arendt, que encara como sua a tarefa de compreender as atividades humanas, sua condição e seu mundo, conseguindo manter-se em constante suspensão dentro de um processo histórico complexo.

O período atual tem gerado perplexidade crescente nas mais diversas áreas do conhecimento. A inospitalidade ontológica do mundo foi desdobrada em uma aridez socialmente construída, através de diferentes atuações políticas e econômicas, ao longo dos séculos. Tal situação se agrava no período que se

convencionou chamar de modernidade, acarretando rupturas que se seguem à decepção com as promessas de progresso e felicidade veiculadas nesse momento histórico. Diante do processo de homogeneização e alienação social em curso, somos impelidos a aceitar o convite de Arendt (2014, p. 06) para “pensar o que estamos fazendo”. Afinal, as pessoas transformam o mundo, mas este se torna imediatamente um condicionante de sua existência.

O presente trabalho dialoga com questões abordadas por esta notória pensadora, como as modificações no mundo do trabalho, que repercutiram profundamente na organização social e na subjetividade contemporâneas. Aborda-se o enfraquecimento da coletividade que ocorre nas sociedades de massa e como isto se relaciona com o individualismo e com uma definição liberal de liberdade à qual Hannah Arendt se contrapõe. Discute-se como a relação entre estes fenômenos restringe o âmbito da ação humana e, com isso, se torna obstáculo à emergência da singularidade. Ao sinalizar esses tópicos, busca-se refletir sobre as implicações dessas questões no âmbito da psicologia de cunho fenomenológico-existencial, que se desdobram no questionamento de seu foco de atuação.

A Instrumentalidade no Fazer Humano

O pensamento de Hannah Arendt rompe dualismos e fornece importantes ferramentas intelectuais para compreender as relações entre pessoa e mundo, integrando as dimensões ôntica e ontológica da existência. Tecendo uma fenomenologia da condição humana, a filósofa traça as “condições nas quais a vida é dada”: a Terra, a vida biológica, a mundanidade, a pluralidade, a natalidade, a mortalidade e o condicionamento (Arendt, 2014, p. 17). Em um contínuo processo de mútua constituição, se integram diferentes atividades, visíveis e invisíveis, divididas pela pensadora em *Vida do Espírito* e *Vida Ativa* (Arendt, 2002).

Por ter consciência do condicionamento que atravessa o modo de existir humano, Arendt (2014) identifica diversas mudanças ao longo da história que se tornaram fatores limitadores do desenvolvimento coletivo, como fenômenos políticos e econômicos que favoreceram um processo de alienação. Tal alienação é compreendida como um “duplo voo” feito pelos indivíduos, que se refugiam para dentro de si, através do subjetivismo, ou em um movimento oposto, rumo ao exterior, desejosos de escapar da sujeição à Terra e de dominá-la. A ciência desempenhou importante papel nesse processo, influenciando o pensamento ocidental de forma a reivindicar para si o poder de legitimar a vida e de reger a forma como as pessoas se relacionam com o mundo, algo fortemente criticado por Husserl (2012), no início do século

XX. Ao inaugurar a perspectiva fenomenológica, o filósofo alemão defende que a realidade não é um fato dado e objetivo, mas um fenômeno em movimento. A forma de questionar o real descortina diferentes possibilidades de existência, processo que se desenha quando os eventos são analisados de forma rigorosa, colocando-se criticamente em relação à construção do conhecimento e ao modo de vida moderno, tomado como natural.

O tipo de questionamento contido no pensamento filosófico possibilita um caminho de compreensão essencial para acessar fenômenos complexos, como o âmbito do trabalho. Este tem sido um campo privilegiado para análises, sendo tema de inúmeras especulações filosóficas, econômicas e teológicas ao longo da história (Marcuse, 1973; Marx, 1996; Weber, 2004). Atividade fundamental à vida, o fazer humano não está ligado apenas à transformação do mundo, mas também à constituição da pessoa. As investigações de Arendt (2014, p. 98) revelam que as atividades que normalmente designamos sob a denominação de trabalho abarcam duas situações distintas: “o trabalho de nosso corpo” e a “obra de nossas mãos” - dois modos diferentes de se relacionar com o mundo. Tal distinção faz parte de uma fenomenologia da vida ativa, que a autora empreende, analisando as diferentes formas que ela pode adquirir: trabalho, obra e ação¹.

A condição da vida biológica é o *trabalho*, que tem por finalidade a preservação da espécie com a satisfação de demandas emergentes e vitais. Refere-se à submissão à Terra, às necessidades orgânicas e ao consumo cotidiano, visando assegurar a sobrevivência. Nessa condição, a pessoa labora e consome incessantemente, sem deixar vestígios que durem no tempo, sendo chamada pela filósofa de *animal laborans*. A *obra*, por outro lado, surge na história humana justamente para escapar dessa sujeição ao ciclo vital, buscando tornar o mundo um lugar mais acolhedor e estável, criando objetos que sobrevivam a seus autores. Através da fabricação, criam-se coisas artificiais, úteis e belas, que servem para transformar o mundo em uma construção habitável, confortável e duradoura. Essa habilidade, que organizou o mundo de coisas que nos precedem, tem sido ampliada ao longo dos séculos, exercendo um fascínio cada vez maior. Nessa condição, o ser humano é chamado por Arendt (2014) de *homo faber*. A terceira atividade da vida ativa, a *ação*, tem por finalidade a expressão de si por meio de atos e do discurso, exercendo os negócios humanos comuns, como a política. É considerada pela autora a atividade mais livre, cujo acontecimento é sempre coletivo, marcado pela fugacidade. Contudo, seus efeitos podem ser duradouros ao encadear novas ações. Infelizmente, a ação tem sido a atividade humana

menos exercida, pois o mundo moderno prioriza, em detrimento a ela, a técnica e a produtividade (Arendt, 2014).

Com o desenvolvimento técnico ocorrido na modernidade, passou-se a valorizar tanto a produção incessante de novos itens, quanto a posse dos objetos criados. Segundo Arendt (2014), o *homo faber*, ao fabricar e modificar o mundo, tende a enxergar tudo o que existe como meios à sua disposição, com um modo dominador que traz um novo antropocentrismo à cena moderna. No começo do século XX, Benjamin (1989) já criticava duramente o modo utilitarista assumido pela sociedade ocidental, que inventara um aparato técnico que não era capaz de controlar. Cada invento, como o maquinário industrial, a imprensa, a fotografia e o cinema, para citar alguns exemplos, produziram mudanças para além de seus campos restritos, impactando as subjetividades e modificando valores e modos de convívio.

Na esteira desses pensadores, Sennett (2012b) dedica um de seus livros ao tema da fabricação, algo de vital importância para a espécie humana. Em *O Artífice*, o sociólogo dialoga com a constatação arendtiana do fascínio pelo fazer, que, muitas vezes, permanece dissociado da capacidade de avaliar o que se constrói, revertendo-se em prejuízo para a própria sociedade. Traz, como exemplo, a construção da bomba atômica, na qual o desafio do processo e a possibilidade de construir se sobrepuseram à pergunta fundamental que ainda deve ser feita atualmente: em que medida convém que determinado experimento seja feito? A ciência, em seu instrumentalismo, dedica-se ao *como* e não ao *por que*. Este pertence ao âmbito do pensamento e do julgamento, que caminham atrelados à atividade da ação, que acontece na coletividade. Segundo Arendt (2014, p. 12), “Os homens² no plural (...) só podem experimentar o significado das coisas por poderem falar e ser inteligíveis entre si e consigo mesmos”. Ou seja, o significado de algo aparece quando as pessoas discutem sobre ele coletivamente, sem o qual, corre-se o risco de delegar às máquinas ou à burocracia o papel do pensamento. Este perigo aparece encarnado na figura de Adolf Eichmann, que, com sua obediência às ordens e seu apreço pelos procedimentos técnicos e científicos, ordenou a morte de milhares de judeus (Arendt, 1999). A “banalidade do mal” decorre da atrofia do julgar - grande perigo em sociedades que se guiam exclusivamente pelo utilitarismo e pelo fascínio da ciência e da tecnologia (Arendt, 2002, p. 5).

Essas considerações cabem a diferentes campos da ciência, dentro dos quais podemos incluir a Psicologia. Confirmamos, no dia a dia dessa profissão, os perigos da atrofia do julgar que rondam atuações baseadas apenas em conceitos ou técnicas

1 Utilizo neste texto os termos *trabalho*, *obra* e *ação*, conforme adotados na 12ª edição de *A condição humana*, de 2014 (tradução de Roberto Raposo e revisão técnica de Adriano Correia), no lugar dos termos *labor*, *trabalho* e *ação*.

2 A palavra *homem* aparece no texto como designação à espécie humana apenas em citações, conforme a utilização de Hannah Arendt. Devemos problematizar o uso deste termo na atual produção do conhecimento, cientes das discussões contemporâneas sobre questões de gênero.

que podem restringir as demandas apresentadas a queixas a serem solucionadas (Luczinski, 2017). Por isso, se faz tão necessário dialogar com a Filosofia e a Sociologia, entre outros aportes, para olhar o mundo em sua complexidade.

A Supremacia do Trabalho em Detrimento da Obra

Ao longo do século XX, a paixão pela fabricação que marca a modernidade, começa a sofrer modificações significativas. Baudrillard (1973) aponta que este é o primeiro momento na história em que o ciclo de vida de uma pessoa envolve diversos ciclos de vida de objetos. Estes não mais sobrevivem ao ser humano e já não trazem a sensação de permanência e estabilidade buscada pela fabricação do *homo faber*, mas passam a ser consumidos. A ampliação do consumo confirmou as percepções de Arendt (2014) sobre o domínio da atividade de trabalho na vida humana, com a expansão do capitalismo. Este sistema, com sua produtividade infinita, acabou transformando toda obra em mero trabalho repetitivo, cotidiano, além de reduzir todo uso ao consumo. Assim se instaura a sociedade de trabalhadores-consumidores, proclamando o que Arendt (2014) chama de “vitória do *animal laborans*” sobre a Terra, o qual se comporta como se toda atividade fosse parte de um ciclo infundável de sobrevivência.

Lembremos que o *animal laborans*, para Arendt (2014), é a condição em que a pessoa é obrigada a trabalhar para atender suas necessidades, atrelada às circunstâncias. Na atual sociedade de massas, a rede de aspirações humanas se ampliou e o consumo não visa apenas a sobrevivência do corpo biológico, mas a satisfação de uma série de demandas propagadas como essenciais. Deste modo, inúmeros trabalhadores vivem para consumir, para satisfazer essas supostas necessidades, o que reduz sua função profissional à atividade do *animal laborans*. Estes já não criam e não constroem uma obra que possa sobreviver a eles, aprisionados no imediatismo do tempo presente. Tal fenômeno empobrece o ser humano, que vive constantes insatisfações no âmbito profissional, pois ao invés de fabricar ou agir, apenas se comporta da forma pré-estabelecida, hegemonicamente esperada.

Estas questões trazem repercussões importantes para a psicologia de cunho fenomenológico-existencial, que parte do pressuposto de que a existência precede a essência (Sartre, 2014). No pensamento de Buber (2001), por exemplo, encontramos alusões ao fato de que a forma de uma pessoa se colocar no mundo acarreta diferentes modos de ser. Para o filósofo, o “eu” que se coloca em relação é qualitativamente diferente daquele que entra em contato com o outro de forma meramente instrumental. Essa distinção aponta que a pessoa

limita suas possibilidades de ser no mundo quando assume uma postura utilitarista, evitando a desestabilização gerada pelos encontros, os quais poderiam ser um motor para a criação de algo novo (Luczinski & Ancona-Lopez, 2010). O fenômeno apontado por Arendt (2014), quando atesta a redução do ser ao modo de funcionamento do *homo faber* ou, posteriormente, ao comportamento do *animal laborans*, evidencia a limitação das potencialidades humanas decorrente de atividades que se tornam exclusivas e repetitivas. Desde a publicação do livro *A condição humana* até hoje, passaram-se mais de sessenta anos, havendo intensificação e aceleração de todo este processo.

O fenômeno que vemos emergir no final do século XX, e que tem se expandido dentro das diversas profissões, mescla dois movimentos apontados por Arendt (2014), evidenciando um mundo dominado pelo ideal de eficiência e produtividade do *homo faber*, mas cooptado pelo ritmo infundável de consumo do *animal laborans*. Esta percepção é de fundamental importância para a Psicologia, pois ambos os ideais repercutem na contemporaneidade, atingindo diferentes esferas, inclusive a prática clínica. Sem um exercício crítico, o psicólogo pode assumir o modo utilitarista, trabalhando para que a pessoa seja mais funcional e produtiva em seu meio, sem questionar o sentido desse excesso de fazer. Ou, por outro lado, pode adotar o ideal de bem-estar e conforto do *animal laborans*, buscando eliminar o sofrimento e fomentar a busca de fruição do presente. Corre-se o risco de buscar soluções rápidas, reforçando o imediatismo e a adaptação ao meio, camuflando conflitos profundos, de ordem não apenas pessoal, mas também social.

Apesar das constatações contundentes de Arendt (2014) e de leituras recentes como as de Bauman (2008), que denunciam a cultura do consumo que transforma tudo em mercadorias, não podemos definir este mundo como totalmente dominado pelo *animal laborans*. O desejo de fabricar e construir, que predominou durante séculos no imaginário social, permanece como um forte apelo, pois se ancora em uma dimensão ontológica, que é a necessidade humana de deixar marcas no mundo, construindo obras que resistam ao ciclo vital e permaneçam. No entanto, isso precisa ocorrer dentro de uma coletividade para que as construções empreendidas façam sentido dentro de um mundo comum. Caso contrário, o conjunto de atividades que compõem a vida ativa não se complementa, havendo predomínio de uma esfera sobre a outra. Em geral, a esfera privilegiada será o trabalho, sempre glorificado dentro das sociedades regidas pelo capitalismo.

O individualismo e a homogeneização dos comportamentos são fenômenos relacionados ao modo de funcionamento da esfera social, regida pela economia (Arendt, 2014). Sabe-se que a divisão das

tarefas no trabalho, a repetição de gestos, o cansaço cotidiano em seus horários rígidos e os inúmeros desdobramentos técnicos, geram condições propícias para que as pessoas percam o contato entre si e consigo mesmas. Sennett (2006) apontou o isolamento crescente das pessoas nas grandes cidades, com o consequente afrouxamento dos laços sociais, como algo relacionado aos discursos gerenciais e midiáticos sob o “novo capitalismo”, que levam à competitividade e não à cooperação. Quando isso acontece, há inúmeras consequências psíquicas e coletivas, derivadas da redução do exercício da ação, restringindo a participação concreta na transformação do mundo e, assim, a própria liberdade. Para melhor compreender as repercussões desse processo, faz-se necessário examinar os desdobramentos do conceito de ação e como esta se relaciona com as demais dimensões da condição humana.

A Redução da Ação e o Âmbito da Liberdade

Além do *trabalho* e da *obra*, a *ação* constitui a terceira função da vida ativa – completando a tríade que engloba as atividades visíveis desempenhadas em sociedade. Para Arendt (2014), a ação é a mais livre das atividades humanas, através da qual a pessoa pode ultrapassar a si mesma. Isso ocorre porque agir consiste em iniciar algo novo, entre co-agentes e expectadores, rompendo com a linearidade do mundo aparentemente dado. Partindo dessa premissa, em um cenário onde a experiência se torna empobrecida e as pessoas mergulham no fazer irrefletido, é preciso questionar a sociedade contemporânea em sua aparente liberdade. Enquanto o “ser livre” vem sendo idolatrado como um dos valores supremos da atualidade, lembramos que Marcuse (1973) já alertava que o modo de vida pós-industrial exacerbava restrições e controles, algo amplamente atestado na literatura e confirmado na prática psicológica através de inúmeros relatos. Faz-se necessário, então, aprofundar a indicação de Arendt (1989), segundo a qual não somos livres para agir, mas sim, agimos para trazer liberdade, para poder exercê-la. Esta afirmação provocativa convida a repensar a noção de liberdade e suas relações com o conceito de ação.

Em suas investigações, Arendt (1989) descortina o processo de “privatização da liberdade”, que ocorre na modernidade, com a consolidação do Liberalismo como doutrina político-econômica predominante. O pensamento liberal enfatiza valores como individualismo, meritocracia, liberdade de escolha e independência, contribuindo para deslocar o tema da liberdade do âmbito político e social para tratá-lo como um atributo interno do sujeito. Dessa forma, promove-se a crença de que estar livre significa poder escolher entre as opções disponíveis, sem que haja nenhum obstáculo. Essa

concepção coloca a liberdade como um direito do indivíduo e a realização de seus projetos pessoais adquire primazia dentro da gama de possibilidades de uma dada sociedade. Trata-se de uma “liberdade negativa”, posto que visa a liberação de todo tipo de constrangimento e acaba considerando os demais como potenciais limitadores. Mattos, Ewald e Castro (2012) ressaltam que esta noção afasta as pessoas da consciência de que a existência acontece sempre através das relações, reduzindo discussões coletivas sobre as opções concretas de liberdade. Como decorrência, a relação com o outro passa a ser instrumentalizada, sempre medida e calculada, de forma a evitar conflitos e frustrações.

As consequências desse processo histórico geram um individualismo exacerbado e a descrença no exercício cotidiano da política como meio para se construir uma sociedade melhor. Na medida em que as pessoas vivem cada vez mais isoladas e imersas em seus afazeres, a economia se libera e o capital se expande, enquanto o consumo se torna uma suposta via de libertação. Assim, o exercício da política permanece delegado aos políticos profissionais, para que a maioria das pessoas possa se dedicar a buscar sua liberdade individual. Na obra *O Declínio do Homem Público*, Sennett (1998) discorre sobre este processo de privatização da vida, no qual o psiquismo ganha destaque e as pessoas se voltam para sua realização pessoal, como se esta fosse dissociada da partilha de um mundo comum: “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares; esta preocupação tem demonstrado ser mais uma armadilha do que uma libertação” (Sennett, 1998, p. 17).

A armadilha deste processo reside na redução da troca de experiências e da construção de saídas coletivas para questões que empobrecem a vida humana, como a desproporcional importância dada ao trabalho e ao consumo, sem considerar as repercussões sociais mais amplas do modo de vida apregoado no mundo globalizado. Este fenômeno leva à diminuição da capacidade de ação, a qual acontece sempre no mundo, com os outros, através do pensamento, do discurso e da criação. Arendt (1989) critica a ideia corrente de que a perfeita liberdade seria incompatível com a coletividade, noção ancorada na falsa oposição entre indivíduo e sociedade, como se fossem instâncias separadas e antagônicas – algo que ainda permeia o campo da Psicologia, entre outras áreas do saber. A tradição metafísica sustenta tal separação, situando o exercício da liberdade na esfera do “eu” e não no âmbito social, ideia que repercute em inúmeras manifestações artísticas como música, literatura e cinema. Um exemplo deste tipo de pensamento aparece no livro de Jon Krakauer (1998), *Na Natureza Selvagem*, que originou o filme homônimo, dirigido por Sean Penn (2007). A história, baseada em fatos reais, narra a decepção de um

jovem com a sociedade em que vive, optando por se retirar dela para encontrar a si mesmo e viver em liberdade. No entanto, as relações que o protagonista tece ao longo do trajeto vão lhe mostrando o equívoco de sua aspiração, levando-o a concluir que apenas entre pessoas, compartilhando a vida, ele seria livre e a felicidade poderia ser encontrada. O dramático desfecho dessa busca explicita a falácia da noção individualizada e romanceada que guiou o jovem em suas decisões. Nesse sentido, os fatos vão ao encontro do pensamento de Arendt (1989, p. 194), que afirma: “Tomamos inicialmente consciência da liberdade ou do seu contrário em nosso relacionamento com outros, e não no relacionamento com nós mesmos”. A crença no isolamento e no mergulho em si mesmo para encontrar experiências supostamente mais autênticas, coloca a liberdade como um ato individual, ofuscando a condição de pluralidade do ser humano e a constante necessidade de ajustamentos e negociações solicitados pela existência.

A instabilidade e a fragilidade dos laços sociais no contexto contemporâneo são temas explorados por Sennett (2012a) na obra *A corrosão do caráter*, segundo a qual as pessoas estão cada vez mais “à deriva” dentro da sociedade. Pesquisando famílias de trabalhadores de diferentes gerações nos Estados Unidos, o sociólogo reflete sobre o sentimento de estranheza diante da fluidez do mundo, no qual a sensação de ser supérfluo e de estar sem raízes é frequente. Tal experiência é de fundamental importância para a Psicologia. A integração de forças políticas, econômicas e psíquicas contribuem para um isolamento das pessoas que, buscando garantir seus lugares dentro da sociedade, se esforçam ao máximo para se encaixarem no modelo proposto. O sociólogo francês Gaulejac (2004) denomina este processo de *lutte des places*: uma disputa incessante por um lugar dentro do quadro social, segundo um modelo disseminado de sucesso e padrões de consumo. Essa corrida gera o aumento de fenômenos como sensação de insuficiência, exaustão e ansiedade, que raramente são admitidos fora do âmbito privado, ficando muitas vezes restritos aos consultórios médicos ou psicológicos. O foco excessivo na capacidade de realização do sujeito e na busca do bem-estar contribuíram para o processo de psicologização da vida, que tem sido problematizado no âmbito da Psicologia e em áreas afins. Sennett (1998) aborda este processo:

O espaço público morto é uma das razões, e a mais concreta delas, pelas quais as pessoas procurarão um terreno íntimo que em território alheio lhes é negado. O isolamento em meio à visibilidade pública e a exagerada ênfase nas transações psicológicas se complementam. (Sennett, 1998, p. 29)

Nesse cenário, a liberdade é apregoada, mas as

pessoas estão cada vez mais oprimidas, vivendo a restrição de seu espaço de ação. Aqui encontramos um alerta para a psicologia clínica contemporânea: a prática da psicoterapia, que se torna cada vez mais necessária diante das ambiguidades do nosso tempo, pode acabar reforçando o isolamento e o subjetivismo se não entrar em diálogo com questões culturais mais amplas. Os psicólogos devem evitar o confinamento em seus consultórios, construindo um olhar crítico para o modelo de vida proposto na sociedade em que se inserem, discutindo o tema publicamente, além de fomentar práticas ampliadas de intervenção.

Na esteira de posições presentes, tanto na Fenomenologia quanto no Existencialismo, que marcam o caráter intersubjetivo da liberdade, Arendt (1989) enfatiza que esta não é um estado interior do sujeito, mas sua ação no mundo. No entanto, essa ação não é desimpedida ou sem restrições. Ela se realiza na teia de relações humanas e se choca com as ações de outros, gerando conflitos e ocasionando a necessidade constante de diálogos e de novos arranjos. Como vivemos em contextos pré-existent, que não nos determinam, mas nos condicionam, as possibilidades se mostram dentro de certas condições, tornando a autossuficiência e o controle meras ilusões. Daí surge a angústia que advém da liberdade: todo gesto incorre em imprevisibilidade ao se entrelaçar nos gestos dos outros. O individualismo e a meritocracia da sociedade contemporânea vão em sentido contrário, dando ênfase para a capacidade de realização de sujeitos específicos, como se suas conquistas não fizessem parte de uma complexidade maior, que envolve uma pluralidade de agentes.

A ação, diferentemente da obra, deve ser livre de motivos ou finalidades definidas a priori. Estes podem aparecer ao longo do processo, mas não definem o agir, que é espontâneo e abarca duas características: imprevisibilidade e irreversibilidade. A primeira ocorre porque uma ação nunca é exclusivamente individual ou passível de controle. Porém, diante do imprevisto, a pessoa pode se comprometer, prometer e ter esperanças, mesmo que não possa garantir as transformações específicas a partir de seus gestos e discursos. A irreversibilidade é outra face do agir, pois na medida em que um ato é manifestado aos outros, gera impactos e cria um desvio no caminho, uma marca. Nesse caso, quando as consequências são inesperadas e prejudiciais, Arendt (2014) apresenta como soluções possíveis a punição e/ou o perdão, que levam à reconciliação com o mundo. O real ultrapassa o entendimento humano e as ações podem se encadear de forma a causar o mal e não o bem almejado. Por este motivo, para a filósofa, é preciso um constante movimento de aceitação da complexidade do mundo, reconciliando-se com ele e recomeçando, através de novas ações.

Essas considerações repercutem no campo

da clínica psicológica, na qual o contato com os efeitos imprevisíveis da ação pode gerar angústia em terapeutas e pacientes. Os atributos da ação, contidos na condição de estar inserido no mundo, são avessos ao desejo do indivíduo moderno de ser senhor da Terra e de seu destino. A aceitação de que em tudo há uma “pluralidade de agentes” permite um posicionamento mais flexível e atento para a importância de recomeçar e de não abandonar a esfera da ação. “Os homens *são* livres – diferentemente de possuírem o dom da liberdade – enquanto agem, nem antes, nem depois; pois *ser* livre e agir são uma mesma coisa” (Arendt, 1989, p. 199, grifos da autora). Isso requer a coragem de ceder em projetos unicamente individuais, voltando-se para o bem comum. Trata-se do exercício da política, que, nessa concepção, tem um sentido mais amplo e significa tratar dos assuntos essencialmente humanos, narrando e expressando-se singularmente entre outros.

Relações entre Ação e a Emergência da Singularidade

A dimensão da ação, conforme apresentada por Arendt (2014), nos leva a uma problematização da compreensão da liberdade, a qual não pode ser desvinculada da pluralidade e da expressão da singularidade. Por isso, torna-se essencial aprofundar esta noção que, na perspectiva fenomenológica, se distancia da ideia de individualidade com a qual estamos habituados. O indivíduo, sendo supostamente acabado e independente, tem se esforçado na busca de privacidade e bem-estar, atrelada ao ato de consumir, para se diferenciar dos demais. No âmbito das sociedades de massa, extremamente focadas no individualismo, Sennett (2006) critica a valorização crescente do ser humano flexível e desprendido, que apresenta os atributos do “homem-consumidor”, sempre pronto a descartar o antigo e adquirir novas roupagens. Observamos que a concepção de mudança e fluidez desses discursos adentrou, inclusive, no campo psicológico, nas mais diferentes práticas e abordagens, acompanhando a tendência da cultura ocidental globalizada.

Certamente, foi um avanço pensar na identidade como metamorfose, substituir a noção de personalidade pela de subjetividade e considerar o ser humano uma obra inacabada, em aberto. Mas é preciso perguntar se a fluidez de algumas das novas articulações sobre tais noções ajuda no reconhecimento da pessoa no mundo, como singularidade, na sua experiência cotidiana. O pensamento de Arendt (2014) aponta, tanto a necessidade humana de se expressar e mudar, quanto a de construir algo que permaneça no tempo, trazendo autoafirmação e um sentimento de pertença ao mundo. Isso não exclui o inacabamento ontológico, a imprevisibilidade da ação e a pluralidade - que fazem parte da vida. Ao contrário,

a perspectiva fenomenológica da filósofa ressalta a transitoriedade e o movimento daquilo que se mostra, enquanto potencialidade. No entanto, alguma permanência precisa ser buscada para que as pessoas se ancorem na vida cotidiana, pois a incerteza e a indefinição constantes não podem ser suportadas psiquicamente, como afirma Haroche (2008). Esta socióloga diagnostica o período contemporâneo como um cenário pautado por uma profunda insegurança psicológica, devido ao excesso de fluidez e aceleração.

A atenção ao pensamento de Arendt (1989, 2014) mostra que sua compreensão da realidade e sua leitura dos acontecimentos sociais está profundamente articulada à sua noção de singularidade. Trata-se do âmbito do protagonismo e da criação, que exige uma tomada de posição pessoal diante dos atravessamentos vividos em dado tempo e contexto. Mas tal posicionamento só pode acontecer entre outros, no mundo coletivo, pois Arendt (2014) coloca em cena a pluralidade como condição da própria singularidade. Estas se complementam na condição humana: o mundo é formado por pessoas semelhantes do ponto de vista ontológico, mas profundamente diferentes na forma de se apresentarem em seus aspectos ônticos.

Através da ação, todos têm a potencialidade de trazer algo novo ao mundo, singularizando-se através de atos e palavras, no espaço comum, no qual um discurso vivo pode florescer. Tal expressão utilizada por Arendt (2014) pode ser colocada em diálogo com as considerações de Benjamin (1987) sobre o processo de narrar, que nos ajudam a compreender a complexidade dessa experiência, que se atualiza no âmbito social, gerando novas elaborações. Para o filósofo, a narrativa enquanto discurso vivo jamais se encerra em si mesma, deixando espaço para a continuidade coletiva, aberta a múltiplas interpretações. Nesse ponto reside a sua força: parte do social e nele se reinsere e se desdobra.

Para a psicologia clínica, as palavras têm um lugar de destaque, pois nesse âmbito, busca-se criar condições para que emerga uma narrativa pessoal, polissêmica e criativa em relação aos discursos hegemônicos aparentemente naturalizados, que nos atravessam. Sendo uma narrativa viva e em movimento, o intuito é que gere transformações, mas que estas não fiquem restritas à relação terapeuta-paciente, no espaço resguardado do consultório. Toda narr(ação) deve se reinserir no espaço público, se transformando e atualizando, reconhecendo, que nenhuma autoria será apenas individual:

Embora todos comecem a própria vida inserindo-se no mundo humano por meio da ação e do discurso, ninguém é autor ou produtor de sua própria história de vida. Em outras palavras, as histórias, resultado da ação e do discurso, revelam um agente, mas esse

agente não é autor nem produtor. Alguém as iniciou e delas é o sujeito, na dupla acepção da palavra, seu autor e seu padecente, mas ninguém é seu autor. (Arendt, 2014, p. 228)

No pensamento de Hannah Arendt, a constituição do sujeito - sempre imbricado com seu mundo e em sua história - acontece coletivamente, entre coagentes e expectadores, através de atos, gestos e discursos. A compreensão de que a singularidade surge apenas em ação leva a questionar o excesso de importância dado ao “eu” independente e soberano. Cada pessoa, em seu contexto e com sua história de vida, vive um conjunto de possibilidades, tendo a chance de alterá-las, não por uma força de vontade que a tudo domina, mas através da ação criativa que rompe aquilo que é dado como fixo ou natural. Este rompimento dificilmente sairá como planeja o sujeito, devido ao grande número de fatores envolvidos no processo e à incontornabilidade da realidade. Por isso, o agir comporta riscos e requer coragem para sair do lugar-comum, encarar estranhamentos e reorganizações. A reação dos outros, por sua vez, tem o potencial de gerar novas ações e colocar em movimento a teia de relações na qual uma pessoa se insere.

Este movimento denota uma inversão no pensamento predominante, pois é quando se está inserido na coletividade que se pode ser protagonista da própria história e não quando se adere ao isolamento do individualismo ou ao controle da objetividade instrumental. Com a perda da confiança no coletivo, as pessoas tendem a se voltar para sua interioridade, cultivando o “eu” isoladamente. O efeito deste movimento não é o fortalecimento da pessoa, mas o oposto, a perda da sua singularidade.

A discussão aqui apresentada rejeita dois extremos que são comuns em diferentes concepções teórico-filosóficas, que chegam à psicologia através da construção histórica das suas abordagens. No primeiro polo, predomina a utilização de constructos rígidos como identidade ou personalidade e dicotomias como indivíduo e sociedade, mundo interior e exterior, subjetividade e objetividade. No outro extremo, encontramos a fluidez e a aceleração pós-modernas que, em seus emaranhados de noções híbridas, permeiam discursos teoricamente frágeis em diversas áreas de atuação. Estes acabam encontrando ressonância nos apelos da lógica capitalista da mudança constante através do consumo de experiências ou ideias. Estes polos aparecem em diversas esferas da sociedade através do predomínio da busca de adaptação e controle e na dificuldade de sustentar a angústia ontológica e a construção de si. Na contramão dessas tendências, a perspectiva fenomenológica, como ressalta Braga (2014), evita polaridades e se interessa pela experiência do ser já entrelaçada ao mundo, constituindo-se através da construção de sentidos. Nessa concepção, a

pessoa existe como unidade, algo que não exclui sua condição de permanente abertura e movimento. Afinal, a construção da singularidade carrega marcas, afetada pelo contexto e pela historicidade, forjada em ações ou omissões, mesmo que pautada pela incompletude e transitoriedade.

Como âmbito no qual se constituem os novos inícios, a ação é o caminho para ressignificar o mundo, comprometendo-se com ele, reconciliando-se com suas inúmeras contradições. Trata-se de um movimento que reverbera na esfera do psiquismo, por isso deve ser debatido e aprofundado no âmbito da clínica psicológica de cunho fenomenológico. A prática demonstra que uma atuação clínica desvinculada de uma discussão sobre as modificações sociais mais amplas reproduz a separação indivíduo-sociedade, responsabilizando o sujeito, isoladamente, por suas dificuldades. Isso acaba por fortalecer discursos hegemônicos que delegam à esfera individual questões como liberdade, realização profissional e felicidade, cujos sentidos circulam de maneira tácita no imaginário social.

Na compreensão de Almeida (2011), a ação é o caminho apontado por Hannah Arendt para ressignificar o mundo e amá-lo. Amar significa se comprometer com o real que se mostra e com suas inúmeras contradições – o que consiste em uma opção política. A aposta no mundo humano e o amor por ele são fruto da experiência singular ancorada na possibilidade de iniciativas compartilhadas, mesmo que seus efeitos sejam imprevisíveis e gerem conflitos. Não exercer a capacidade de ação no mundo através de discursos e atos, de maneira coletiva, gera uma insatisfação que podemos observar em inúmeras pessoas, mas que não encontra um meio adequado de expressão e elaboração. Isso tem um impacto profundo no âmbito psíquico, partindo da premissa de Arendt (2014), de que a ação é a via para a liberdade e dignidade humanas, devendo ser integrada às demais atividades da vida ativa e da vida contemplativa. Trata-se de uma tarefa destinada a todos e todas, na construção de um mundo menos árido, que possa, cada vez mais, se constituir em uma morada comum.

Considerações Finais

O percurso do pensamento de Hannah Arendt encarna a atitude investigativa proposta pela Fenomenologia, a qual exige uma interrogação contínua dos fenômenos para descortinar as diversas forças que interagem nos acontecimentos, tanto singulares quanto sociais. Diferentes saberes vindos da tradição filosófica são articulados de forma rigorosa, possibilitando um diálogo não redutivo, partindo da explicitação dos fundamentos da condição humana.

Ao constatar as transformações no universo do trabalho, o adoecimento do domínio público e o

processo de homogeneização e alienação social em curso, é preciso aceitar o convite da filósofa para repensar o nosso fazer, trazendo tal questionamento para o âmbito da Psicologia. Sabe-se que este campo, para além da saúde mental, busca favorecer a expressão de uma narrativa pessoal que gere crescimento e transformação social. Mas tal intenção requer suporte teórico e metodológico para que seja colocada em curso, de forma a não reproduzir o pensamento hegemônico, que se situa no âmbito da “atitude natural”, como marcava Husserl (2012) em suas investigações.

Examinar as distinções entre as funções da vida ativa feitas por Hannah Arendt – trabalho, obra e ação – ajuda a questionar a realidade contemporânea, ampliando a compreensão de esferas como a liberdade e a singularidade, que repercutem no questionamento do papel da psicologia de cunho fenomenológico. Esta deve atentar, cada vez mais, para o exercício da ação, sem se deixar aprisionar nas lógicas da instrumentalização ou do hedonismo. Como os seres humanos só existem no plural, rejeitar a condição inerentemente política da vida, como expressa a postura liberal, leva a um individualismo que aliena e que mantém o *status quo*. A filósofa nos ajuda, enquanto psicólogos, a romper a ideia de um indivíduo encapsulado e autossuficiente, ao evidenciar o conjunto de forças que atravessam cada pessoa em sua manifestação singular no mundo.

O pensamento arendtiano traz desdobramentos em diferentes campos do saber, para além da Filosofia e da Política, onde transita com mais frequência. No âmbito da Educação, pode contribuir como fundamento filosófico para intervenções em escolas e comunidades, como demonstram os trabalhos de Walckoff & Szymanski (2012) e Almeida (2011). No entanto, ainda são necessárias maiores aproximações entre o pensamento da filósofa e demais campos de atuação da Psicologia, levando a refletir sobre a prática à luz de suas reflexões. Temas como a relação entre ação, reconciliação com o mundo e novos inícios, podem ajudar a compreender fenômenos contemporâneos como a implicação das pessoas no universo do trabalho e a busca de satisfação, realização e consumo. No âmbito da psicologia clínica, a proposição de clínica ampliada, o plantão psicológico, as intervenções em grupos e atuações interprofissionais podem contribuir para a retomada coletiva de um cuidado com o mundo. Para isso, não devemos temer os conflitos decorrentes da imprevisibilidade e espontaneidade da ação, os quais se desdobram em novas políticas de existência, tanto em nível micro, na teia das relações cotidianas, quanto em nível macro. As próprias tensões surgidas no encontro das diferenças podem potencializar construções coletivas, ampliando a responsabilidade e o cuidado com o mundo, algo com o qual a clínica deve dialogar, para que seu fazer ultrapasse o individualismo que permeia a

prática tradicional. Todos estes temas podem se beneficiar das contribuições de Hannah Arendt, indicando a necessidade de futuras pesquisas que veiculem sua proposta ético-política de resistência à diminuição da atividade da ação nas diferentes esferas da sociedade.

Referências

- Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos.
- Almeida, V. S. (2011). *Educação em Hannah Arendt: entre o mundo deserto e o amor ao mundo*. São Paulo: Cortez.
- Arendt, H. (1989). O que é liberdade? Em H. Arendt, *Entre o Passado e o Futuro* (pp. 188-221). São Paulo: Perspectiva.
- Arendt, H. (1999). *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Arendt, H. (2002). *A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Arendt, H. (2014). *A condição humana* (12ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Luczinski, G. F.; Ancona-Lopez, M. (2010). A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. *Estudos de Psicologia (PUC-CAMP)*, v. 27, p.75-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100009>
- Luczinski, G. F. (2017). O fazer artesanal como trabalho (ou labor?) na hipermodernidade: potências, tensões e ambiguidades. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
- Baudrillard, J. (1973). *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Benjamin, W. (1987). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Em W. Benjamin, *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura* (pp. 197-221). São Paulo: Brasiliense.
- Benjamin, W. (1989). A Modernidade. Em W. Benjamin, *Charles Baudelaire um lírico no auge no capitalismo* (pp. 67-101). São Paulo: Brasiliense.
- Braga, T. B. M. (2014). *Atenção Psicológica e cenários sociais: ação clínica, instituições e políticas públicas na promoção de cidadania*. Curitiba: Juruá.

- Buber, M. (2001). *Eu e Tu* (8ª ed.). São Paulo: Centauro.
- Figueiredo, L. C. (1991). *Matrizes do pensamento psicológico*. Petrópolis: Vozes.
- Gaulejac, V. (2004). Le sujet manqué. Em N. Aubert (Org.), *L'individu hypermoderne. Sociologie Clinique* (pp. 129-143). Ramonville Saint-Agne: Éditions Érès.
- Haroche, C. (2008). *A condição sensível: formas e maneiras de sentir no ocidente*. Rio de Janeiro: Contra Capa.
- Husserl, E. (2012) *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*. [Rio de Janeiro: Forense Universitária](https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100009).
- Krakauer, J. (1998). *Na natureza selvagem: a dramática história de um jovem aventureiro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Luczinski, G. F.; Ancona-Lopez, M. (2010). A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. *Estudos de Psicologia* (PUC-CAMP), v. 27, p.75-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2010000100009>
- Luczinski, G. F. (2017). *O fazer artesanal como trabalho (ou labor?) na hipermodernidade: potências, tensões e ambiguidades*. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.
- Marcuse, H. (1973). *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Marx, C. (1996a). *O Capital: crítica da economia política*. (Vol.1. Tomo 1). São Paulo: Círculo do Livro.
- Mattos, A. R., Ewald, A. P., & Castro, F. G. (2012). Liberdade, alienação e criação literária: reflexões sobre o homem contemporâneo a partir do existencialismo Sartriano. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 12(3). Recuperado em Junho de 2020, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812012000300003&lng=pt&lng=pt
- Penn, S. (Diretor). (2007). *Into the wild em* [Na natureza selvagem] [Filme]. Paramount Vantage.
- Sartre, J. P. (2014). *Existencialismo é um humanismo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Sennett, R. (1998). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sennett, R. (2006). *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record.
- Sennett, R. (2012a). *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Best Bolso.
- Sennett, R. (2012b). *O Artífice*. Rio de Janeiro: Record.
- Walckoff, S. D. B., & Szymanski, H. (2012). A reflexão e a ação vistas a partir de práticas psicoeducativas em pesquisas interventivas. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, 93(235), 594-611. <https://doi.org/10.1590/S2176-66812012000400004>
- Weber, M. (2004). *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Giovana Fagundes Luczinski, Universidade Federal de Pelotas. Email: giovana.luczinski@gmail.com

Submetido em 08.10.2020
 Primeira Decisão Editorial em 30.07.2021
 Aceito em 03.09.2022